



# VPSHR

VOLUNTARY PRINCIPLES  
SECURITY  
AND HUMAN RIGHTS

## IN CABO DELGADO BULLETIN

MULTI-STAKEHOLDER PLATFORM FOR DIALOGUE

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA | [www.cddmoz.org](http://www.cddmoz.org)

Sexta - feira, 12 de Março de 2021 | Ano 1, n.º 6 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

## Jaime Neto assume defesa dos direitos humanos como compromisso inegociável para as Forças Armadas



**Jaime Neto**, Ministro da Defesa Nacional



**NneNne Iwuji-Eme**, Alta Comissária Britânica para Moçambique

**D**urante dois dias – quarta e quinta-feira, representantes do Governo, sector privado nacional e internacional, observadores internacionais e sociedade civil discutiram como fazer negócios em ambiente de segurança e de respeito pelos direitos humanos. Organizado pelo CDD, o *workshop* de Maputo faz parte do pro-

jecto financiado pelo Reino Unido que visa promover e facilitar a implementação efectiva dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em Moçambique, com particular enfoque para Cabo Delgado. Falando na cerimónia de abertura do *workshop* na manhã da quarta-feira, 10 de Março, o Ministro da Defesa Nacional, Jai-

me Neto, defendeu que o sector que dirige assume a defesa dos direitos humanos como compromisso inegociável, pois está enquadrada na sua missão de defesa da Pátria e do povo. Para o Ministro da Defesa Nacional, a iniciativa que cruza negócios e segurança, salvaguardando os direitos humanos na Província de Cabo Delgado, é tão importante quanto actual e mostra o comprometimento do CDD e do Alto Comissariado do Reino Unido (da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte) com um assunto tão sensível como os direitos humanos.

Segundo explicou Jaime Neto, a garantia da realização de negócios em ambiente de segurança e de respeito pelos direitos humanos constitui uma prioridade para o Ministério da Defesa Nacional. “Por isso, estamos comprometidos em assegurar que, por exemplo, a exploração do gás e petróleo na bacia do Rovuma, a extracção de pedras preciosas e de mármore em Montepuez, e do grafite em Balama, tenha lugar num ambiente de total tranquilidade”.

Para além das grandes explorações, o compromisso do sector da Defesa consiste em assegurar que as pequenas actividades económicas da população, como o agronegócio, a pecuária e o comércio transfronteiriço com a Tanzânia tenham lugar num ambiente de paz, e que, a partir de Cabo Delgado, possam alimentar a população e as indústrias transformadoras do País. “Para nós garantir um ambiente de paz é também salvaguardar um dos direitos humanos. Para o efeito, continuaremos a defender a soberania e a integridade territorial de modo a evitar que indivíduos alheios a este propósito de desenvolvimento do nosso País violem as nossas fronteiras para levar a cabo actividades de sabotagem”.

Além do apoio prestado pelo Alto Comissariado Britânico, Jaime Neto disse que o Ministério da Defesa Nacional tem estado a trabalhar com outras representações diplomáticas, como dos Estados Unidos de América, da União Europeia, das Nações Unidas e com o Comité Internacional da Cruz Vermelha no aprimoramento de conhecimentos sobre os direitos humanos no cumprimento das missões de defesa da soberania e inte-

gridade territorial.

“O Ministério da Defesa Nacional está aberto e disponível para trabalhar e cooperar com qualquer entidade em matérias relativas aos direitos humanos. O envolvimento e o apoio de várias instituições vai contribuir para a materialização dos objectivos da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN), criando desse modo condições de auto-sustento dos jovens, o que os irá dissuadir de juntar-se às fileiras dos terroristas e deste modo garantir a preservação dos direitos humanos”.

Por sua vez, a Alta Comissária Britânica em Moçambique começou por lembrar que o Reino Unido é um dos principais parceiros da iniciativa dos Princípios Voluntários, pois os reconhece como plataforma que pode ajudar os governos a cumprirem com o seu dever de proteger os direitos humanos. “Para o sector privado, os Princípios Voluntários promovem uma abordagem de engajamento de vários actores nos desafios da segurança, de modo a minimizar os impactos nas comunidades. Para a sociedade civil, os Princípios Voluntários oferecem uma oportunidade para contribuir na modelagem de ferramentas e abordagens relacionadas com os direitos humanos”.

Aliás, o objectivo do projecto financiado pelo Governo do Reino Unido é minimizar o risco de abusos de direitos humanos e incidentes relacionados à segurança nas comunidades e promover transparência e boas práticas de responsabilidade social corporativa em Cabo Delgado.

A diplomata NneNne Iwuji-Eme lembrou que em 2019 o Embaixador dos Direitos Humanos do Reino Unido visitou Moçambique para partilhar informações sobre a utilidade dos Princípios Voluntários com diferentes partes interessadas nos direitos humanos. A Alta Comissária Britânica diz que o engajamento que o Ministério da Defesa Nacional tem estado a demonstrar nesta iniciativa consubstancia o comprometimento do Governo de Moçambique com os Princípios Voluntários. “O Governo do Reino Unido, em parceria com a Chattam House, está a implementar um projecto que irá mostrar os resultados da relevância dos Princípios Vo-



luntários para Moçambique e alguns exemplos de sucesso na implementação em outros países africanos”.

Associado aos Princípios Voluntários, o Governo do Reino Unido está a trabalhar com o Governo de Moçambique num projecto que visa para melhorar o acesso a um dos direitos básicos, a educação, uma iniciativa financiada através da Parceria Global para a Educação e do Fundo de Desafios à Educação das Raparigas e que irá beneficiar mais de 7.5 milhões de raparigas e rapazes até 2022.

“Em Cabo Delgado, estamos a trabalhar em parceria com o Governo local no dese-

nho da estratégia de desenvolvimento de capital humano. E de modo a garantir uma maior participação de jovens na indústria de petróleo e gás, está em curso um estudo que visa identificar as lacunas nos currículos nacionais em relação ao padrão internacional na área de construção civil. O objectivo é alavancar a mão-de-obra local que será treinada localmente a um padrão internacional. Temos iniciativas que trouxeram resultados positivos no terreno, como é o caso do MUSA que já beneficiou mais de cinco mil jovens moçambicanos na componente de acesso ao mercado laboral e na formação técnica e profissional”.

## **Total compromete-se a desenvolver negócios em ambiente seguro e de respeito pelos direitos humanos**



**Ronan Bescond,**  
Director da Total em Moçambique

O sector privado esteve representado pelo Director da Total em Moçambique, Ronan Bescond. Intervindo na cerimónia de abertura, Bescond disse que o projecto Mozambique LNG, liderado pela Total, é um catalisador da economia moçambicana

e o interesse da petrolífera francesa é criar condições para um ambiente seguro em todas as fases de implementação do projecto. Assim, a Total compromete-se a desenvolver o seu negócio respeitando os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em termos práticos. “Queremos contribuir para o desenvolvimento de negócios a nível local e para a industrialização do País num ambiente seguro e de respeito pelos direitos humanos”.

Sobre a contratação de serviços de segurança para Afungi, Ronan Bescond defendeu que as Forças de Defesa e Segurança (FDS) e outras privadas destacadas para a região não estão apenas a defender e a proteger os investimentos da Mozambique LNG, mas também as comunidades que vivem e/ou trabalham nas proximidades. E lembrou que a Total assinou um memorando com o Governo de Moçambique que obriga as FDS a respeitarem os Princípios Voluntários na sua actuação em Afungi. “Isso mostra que sempre houve interesse em respeitar os direitos humanos na nossa actuação, incluindo a criação de um ambiente seguro para as comunidades vizinhas”.

## “Há falta de conhecimento dos padrões nacionais e internacionais dos direitos humanos em Cabo Delgado”



Luís Bitone, CNDH

A cerimónia de abertura contou ainda com a participação do Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), Luís Bitone, que destacou que o tema do *workshop* é tão actual em Moçambique, sobretudo em Cabo Delgado, palco de grandes investimentos estrangeiros que arrastam consigo desafios ambientais, de reassentamento e de compensação das comunidades. “Cabo Delgado também é palco de um violento conflito armado que traz enormes desafios no campo de direitos humanos”.

Luís Bitone explicou que nas visitas de tra-

balho que o CNDH efectuou a Cabo Delgado constatou que há falta de conhecimento dos padrões nacionais e internacionais dos direitos humanos, em especial dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos. “Partimos do pressuposto de que, por um lado, o Governo tem a obrigação de promover e proteger os direitos humanos e, por outro, as partes em conflito têm a obrigação de respeitar o Direito Internacional Humanitário. As empresas também têm a obrigação de salvaguardar as vidas e propriedades, respeitar as leis nacionais e internacionais, promover o bem-estar das comunidades locais, contribuindo para o desenvolvimento do País”.

O Presidente do CNDH disse ainda que nas zonas afectadas pelo conflito reina um sentimento de insegurança, insuficiência de condições básicas para os deslocados internos, há falta de conhecimento dos padrões nacionais e internacionais dos direitos humanos por parte das comunidades, bem como o desconhecimento dos principais actores na implementação do Princípios Voluntários. “Este é um problema que só pode ser resolvido através da promoção da cultura dos direitos humanos e dos Princípios Voluntários. O Governo, o CNDH e a sociedade civil devem trabalhar em conjunto na divulgação dos direitos humanos e na implementação efectiva dos Princípios Voluntários. O conhecimento é o primeiro passo”.



## INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula , Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

### PARCEIRO PROGRAMÁTICO



### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

